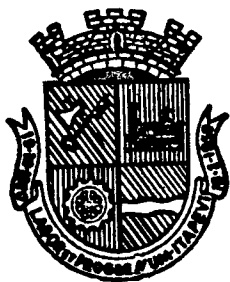


Autógrafo 38/96

CÂMARA MUNICIPAL

Lei 1333



DE ITAPEVI



ESTADO DE SÃO PAULO


PROCESSO N.º 039/96

PROJETO N.º 038/96

DE LEI

INTERESSADO PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVI

ASSUNTO REDUZ TEMPORARIAMENTE A ALÍQUOTA SOBRE O IMPOSTO
SOBRE TRANSMISSÃO " INTER VIVOS " DE BENS IMÓVEIS
E DE DIREITO A ELES RELATIVOS, NOS CASOS QUE ESPE-
CIFICA

DIGITALIZADO
POR 



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO

Mensagem nº 29/96

Itapevi, 07 de agosto de 1996.

Senhor Presidente

Pelo presente tenho a honra de encaminhar, através de Vossa Excelência, para apreciação dessa Nobre Câmara de Vereadores, o anexo Projeto de Lei que cuida de reduzir temporariamente a alíquota aplicável sobre o Imposto Sobre Transmissão "inter vivos" de Bens Imóveis e de direito a eles relativos, nos casos que especifica.

Como se sabe, a alíquota aplicável na transmissão de bens imóveis por ato "inter vivos" é de 2% (dois por cento), de acordo com o inciso II, do artigo 6º, da Lei nº 859, de 03 de fevereiro de 1989; pretende-se, agora, reduzir essa alíquota pela metade, por um período de 60 (sessenta) dias, que poderá ser prorrogado por igual período por ato do Executivo.

A medida propugnada objetiva, de um lado, propiciar que a camada da população de menor renda, que constitui a grande maioria de adquirentes de imóveis que não pagam o referido imposto, sempre por falta de dinheiro, possam, com a redução da alíquota, regularizar a situação perante a Prefeitura, e, por outro lado, visa aumentar a arrecadação de receita municipal, que foi drasticamente reduzida em função da política econômica adotada pelo Governo Federal.

Por tratar de matéria de relevante interesse social, solicito que sua apreciação de faça em regime de urgência, nos termos da Lei Orgânica do Município.

JOÃO CARLOS CAMEZ
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor
JADIR FRANCISCO DE SOUZA
MD. Presidente da Câmara Municipal de
ITAPEVI - SP

RECEBEMOS
19 / 08 / 96

Jolange
SECRETARIA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

ITAPEVI — "Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO

011

LEI Nº 852, DE 03 DE FEVEREIRO DE 1989.

"Cria o Imposto sobre Transmissão Inter-vivos".

JURANDIR SALVARANI, Prefeito do Município de Itapevi,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA INCIDÊNCIA

Art. 1º - O Imposto sobre transmissão "inter-vivos", de bens imóveis e de direito a eles relativos incide:

I - Sobre a transmissão da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis por natureza ou por acessão física, como definidos na Lei Civil;

II - Sobre a transmissão de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia e as servidões;

III - Sobre a cessão de direitos relativos à aquisição dos bens referidos nos incisos anteriores.

Art. 2º - Estão compreendidos na incidência do imposto:

I - a compra e venda;

II - a doação em pagamento;

III - a permuta, inclusive nos casos em que a co-propriedade se tenha estabelecido pelo mesmo título aquisitivo em bens contíguos;

IV - a aquisição por usucapião;

V - os mandatos em causa própria ou com poderes equivalentes para a transmissão de imóveis e respectivos subestabelecimentos;

VI - a arrematação, a adjudicação e a remissão;

VII - a cessão de direitos do arrematante ou adjudicatário, depois de assinado o ato de arrematação ou adjudicação;

VIII - o valor dos bens imóveis que, na divisão de patrimônio comum ou na partilha, forem atribuídos a um dos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

ITAPEVI — "Cidade Esperança" LEI nº 859-fls.02.
ESTADO DE SÃO PAULO

012

cônjuges judicialmente separados, acima da respectiva mea
ção;

IX - a cessão de direitos decorrentes de compro
misso de compra e venda;

X - a cessão de benfeitorias e construções em
terreno comprometido à venda ou alheio, exceto a inden-
ização de benfeitorias pelo proprietário do solo;

XI - todos os demais atos translativos de imó-
veis por natureza ou acessão física e constitutivos de di-
reitos reais sobre imóveis.

Art. 3º - Ressalvado o disposto no artigo se-
guinte, o imposto não incide sobre transmissão dos bens
ou direitos referidos no artigo 1º:

I - quando efetuada para sua incorporação ao
patrimônio de pessoa jurídica em pagamento de capital ne-
la subscrito;

II - quando decorrente da incorporação ou da fu-
são de uma pessoa jurídica por outra, ou com outra, ou da
cisão ou extinção de pessoa jurídica;

III - aos mesmos alienantes, em decorrência de
sua desincorporação do patrimônio da pessoa jurídica a
que foram conferidos.

Art. 4º - O disposto neste artigo não se apli-
ca quando à pessoa jurídica adquirente tenha como ativida
de preponderante a venda ou locação de propriedade imobi-
liária a cessão de direitos relativos à sua aquisição e o
arrendamento mercantil.

§ 1º - Considera-se caracterizada à atividade
preponderante referida neste artigo quando mais de 50%
(cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa ju-
rídica adquirente nos 2 (dois) anos anteriores e nos 2
(dois) anos subsequentes à aquisição, decorrer de transa-
ções mencionadas neste artigo.

§ 2º - Se a pessoa jurídica adquirente iniciar
sua atividade após à aquisição, ou menos de 2 (dois anos)
antes dela, apurar-se-á a preponderância referida no pará-
grafo antecedente levando em conta os três primeiros anos
seguintes à data da aquisição.

§ 3º - Verificada a preponderância referida



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

ITAPEVI — "Cidade Esperança" LEI Nº 859/89-fls.03
ESTADO DE SÃO PAULO

013

neste artigo, torna-se-á devido o imposto nos termos da Lei vigente à data de aquisição, sobre o valor do bem ou direito nessa data.

§ 4º - A disposição deste artigo não é aplicável à transmissão de bens ou direitos, quando realizada em conjunto com a totalidade do patrimônio da pessoa jurídica alienante.

Art. 5º - Não é devido imposto:

I - nas transmissões de imóveis para a União, Estados, Distrito Federal, Municípios e respectivas autarquias quando destinados aos seus serviços próprios e inerentes aos seus objetivos;

II - nas transmissões de imóveis para partidos políticos, instituição de educação, religiosas e de assistência social;

III - no substabelecimento de procuração em causa própria ou com poderes equivalentes que se fizer, para efeito de receber o mandatário a escritura definitiva do imóvel; IV - na retrovenda preempção ou retrocessão, bem como nas transmissões clausuladas com pacto de melhor comprador ou comissário, quando voltem os bens ao domínio do alienante por força de estipulação contratual ou falta de destinação do imóvel desapropriado, não se restituindo o imposto pago.

Parágrafo Único - O disposto no item II é subordinado à observância dos seguintes requisitos pelas entidades referidas:

1 - não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado;

2 - aplicarem integralmente, no país, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

3 - manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

CAPÍTULO II

DA ALÍQUOTA DO IMPOSTO

Art. 6º - As alíquotas do imposto são as seguintes:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

ITAPEVI — "Cidade Esperança" LEI Nº 859-fls.04.
ESTADO DE SÃO PAULO

014

I - transmissões compreendidas no Sistema Financeiro de Habitação;

a)- sobre o valor efetivamente financiado: 0,5 (meio por cento);

b)- sobre o valor restante: 2% (dois por cento);

II - Demais transmissões: 2% (dois por cento).

CAPÍTULO III

DOS CONTRIBUINTE

Art. 7º - São contribuintes de imposto:

I - nas transmissões, exceto a hipótese prevista na alínea seguinte ou adquirentes dos bens ou direitos transmitidos;

II - Nas cessões de direitos decorrentes de compromisso de compra e venda os cedentes.

Parágrafo Único - Nas permutas, cada contratante pagará o imposto sobre o valor do bem adquirido.

CAPÍTULO IV

DO VALOR DOS BENS E DIREITOS TRANSMITIDOS

Art. 8º - A base de cálculo do imposto é o valor venal dos bens ou direito transmitidos.

Art. 9º - A base de cálculo para cobrança será de regra o preço ou valor econômico do negócio jurídico declarado pelas partes.

§ 1º - O cálculo será efetuado, porém, com base nos valores tributários aceitos pela Prefeitura ou pelo órgão federal competente, respectivamente para o imóvel urbano e rural, quando, havendo incidência de imposto de transmissão ou devendo existir natural coincidência com o valor do imóvel, o preço ou valor econômico do negócio jurídico declarado pelas partes lhes for inferior.

§ 2º - A atribuição do valor do imóvel para efeitos fiscais, dar-se-á no ato de apresentação da guia de recolhimento ou no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 10º - Nas arrematações o valor será o correspondente ao preço do maior lance e nas adjudicações e remissões o correspondente ao maior lance ou avaliação nos termos do disposto na Lei Processual, conforme o caso.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

ITAPEVI — "Cidade Esperança" LEI Nº 859-fls.05,
ESTADO DE SÃO PAULO 015

Art. 11º - Na apuração do valor dos direitos adiantes especificados, serão observadas as seguintes normas:-

I - o valor dos direitos reais de usufruto, uso e habitação será de 1/3 (um terço) do valor da propriedade;

II - o valor da nua-propriedade será de 2/3 (dois terços) do valor do imóvel;

III - na constituição da enfiteuse e transmissão do domínio útil, o valor será de 80% (oitenta por cento) do valor da propriedade;

IV - o valor do domínio direto será de 20% (vinte por cento) do valor da propriedade;

Art. 12º - Nas transmissões em que houver reserva em favor do transmitente do usufruto, uso ou habitação sobre o imóvel, o imposto será recolhido na seguinte conformidade:

I - no ato da escritura, sobre o valor da nua-propriedade;

II - por ocasião da consolidação da propriedade plena, na pessoa do nu-proprietário, sobre o valor do usufruto, uso ou habitação.

Parágrafo Único - Fica facultado o recolhimento no ato da escritura, do imposto sobre o valor integral da propriedade.

Art. 13º - Nas cessões de direito decorrentes de compromisso de compra e venda, será deduzida do valor tributável a parte do preço ainda não paga pelo cedente.

Art. 14º - Não serão abatidas do valor base para cálculo do imposto quaisquer dívidas que onerem o imóvel transmitido.

CAPÍTULO V

DA ARRECAÇÃO DO IMPOSTO

Art. 15º - Nas transmissões, excetuadas as hipóteses expressamente previstas nos artigos seguintes, o imposto será arrecadado antes de efetivar-se o ato ou contrato sobre o qual incide, se por instrumento público, e no prazo de 30 (trinta) dias de sua data, se por instrumento particular.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

ITAPEVI — "Cidade Esperança" LEI Nº 859-fls.06.
ESTADO DE SÃO PAULO 016

Art. 16º - Na arrematação, adjudicação ou remissão, o imposto será pago dentro de 60 (sessenta) dias desfeitos, antes da assinatura da respectiva carta e mesmo que esta não seja extraída.

Parágrafo Único - No caso de oferecimento de embargos, o prazo se contará da sentença transitada em julgado, que os rejeitar.

Art. 17º - Nas transmissões realizadas por termo judicial, em virtude de sentença judicial, ou fora do Município o imposto será pago dentro de 60 (sessenta) dias contados da data de assinatura do termo, do trânsito em julgado da sentença ou da celebração do ato ou contrato, conforme o caso.

CAPÍTULO VI

DA CORREÇÃO MONETÁRIA E MULTAS DE MORA

Art. 18º - As importâncias do imposto, não pagas nos prazos estabelecidos, serão acrescidas de atualização monetária segundo índices oficiais, e multa moratória de 10% (dez por cento), sobre o total do débito, se o recolhimento não se fizer até 30 (trinta) dias, contados da data de seu vencimento.

CAPÍTULO VII

DA RESTITUIÇÃO DO IMPOSTO

Art. 19º - O imposto será restituído quando indevidamente recolhido ou quando não se efetivar o ato ou contrato por força do qual foi pago.

CAPÍTULO VIII

DAS OBRIGAÇÕES DOS SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA

Art. 20º - Não serão lavrados, registrados, inscritos ou averbados pelos Tabeliões, escrivães e Oficiais de Registro de Imóveis, os atos e termos de seu cargo, sem a prova do pagamento do imposto.

Art. 21º - Os serventuários da justiça são obrigados a facultar aos encarregados da fiscalização, em Cartório, o exame de livros, autos e papéis, que interessem à arrecadação do imposto.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 22º - O valor tributável não poderá ser



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

ITAPEVI — "Cidade Esperança" LEI Nº 859-fls. 07.
ESTADO DE SÃO PAULO 017

inferior ao que servir de base ao lançamento dos impostos sobre a propriedade predial e territorial urbana ou sobre a propriedade territorial rural no último exercício em que tais impostos tenham sido efetivamente lançados e quando do lançamento não constar o valor venal da propriedade, o valor tributável será igual à 10 (dez) vezes o valor locativo anual de que tal lançamento constar.

Art. 232 - Provado, em qualquer caso, que o preço ou valor constante do instrumento de transmissão for inferior ao realmente contratado, será aplicada a ambos os contratantes multa equivalente à duas vezes a diferença do imposto não recolhido, sem prejuízo do pagamento desta.

Art. 242 - Até que sejam fixados pelo Senado Federal novas alíquotas, para a cobrança do imposto de que trata esta Lei, são estabelecidas as seguintes alíquotas:

I - nas transmissões compreendidas no sistema financeiro de habitação a que se refere a Lei Federal nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, e Legislação Complementar:

a) - sobre o valor efetivamente financiado 0,5% (meio por cento);

b) - sobre o valor restante: 2% (dois por cento).

Art. 252 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 262 - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Itapevi, 03 de fevereiro de 1989.

DR. JURANDIR SALVARANI

- Prefeito -

Publicada, por edital, afixada no lugar de costume arquivada no Cartório de Direito do Município e na Assessoria Técnico-Legislativa da Prefeitura do Município de Itapevi, aos 03 de fevereiro de 1989.

RAMIRO ELEUTÉRIO NOVAES

- Assessor Chefe -



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI Nº 39/96

Reduz temporariamente a alíquota aplicável sobre o Imposto Sobre Transmissão "inter vivos" de Bens Imóveis e de direito a eles relativos, nos casos que especifica.

JOÃO CARLOS CAMEZ, Prefeito do
Município de Itapevi.

Faz saber que a Câmara Municipal de Itapevi
aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte
Lei:

Artigo 1º - Fica reduzida, no período de 60
(sessenta) dias, a contar da data de publicação desta Lei, de 2% (dois por
cento), para 1% (um por cento), a alíquota a ser aplicada no cálculo do
Imposto Sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de direito a eles
relativos, de que trata o inciso II, do artigo 6º, da Lei nº 859, de 03 de fevereiro
de 1989.

Artigo 2º - Fica o Executivo autorizado a prorrogar
por igual ou menor período, através de Decreto, o prazo de que trata o artigo
anterior.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua
publicação.

Prefeitura do Município de Itapevi, em 07 de agosto
de 1996.

JOÃO CARLOS CAMEZ
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES 01 E 02 AO PROJETO DE LEI Nº 039/96

Senhor Presidente:

Quanto ao aspecto legal, nada há que se
objetar.

Quanto ao mérito, a propositura visa reduzir,
temporariamente, a alíquota sobre o imposto de transmissão inter-vivos de
bens imóveis, de 2% para 1%, medida altamente louvável, porque, certamente,
irá beneficiar as camadas de menor renda da população. Por esse motivo, deve
o presente projeto ser aprovado.

Pelo exposto, concedemos o nosso parecer
favorável, conclamando os Nobres Companheiros que votem pela aprovação
do Projeto.

É o parecer.

Sala das Sessões Bemvindo Moreira Nery, 20
de agosto de 1.996.

COMISSÃO 01

VALTER FRANCISCO ANTONIO

JOÃO FERREIRA DO MONTE

NORMA LUCIA RIBEIRO DE SOUZA

ANTONIO DE SOUZA FARIAS

BENEDITO VAZ FERREIRA

COMISSÃO 02

LAERTE CASAGRANDE

MARIA RUTH BANHOLZER

HERMOGENEZ JOSE SANT'ANNA

VITAL RONCIANO DOS REIS

JOSE FRANCISCO DE OLIVEIRA



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES 01 E 02 AO PROJETO DE LEI Nº 039/96

Senhor Presidente:

Quanto ao aspecto legal, nada há que se
objetar.

Quanto ao mérito, a propositura visa reduzir, temporariamente, a alíquota sobre o imposto de transmissão inter-vivos de bens imóveis, de 2% para 1%, medida altamente louvável, porque, certamente, irá beneficiar as camadas de menor renda da população. Por esse motivo, deve o presente projeto ser aprovado.

Pelo exposto, concedemos o nosso parecer favorável, conclamando os Nobres Companheiros que votem pela aprovação do Projeto.

É o parecer.

Sala das Sessões Bemvindo Moreira Nery, 20
de agosto de 1.996.

COMISSÃO 01

VALTER FRANCISCO ANTONIO

JOÃO FERREIRA DO MONTE

NORMA LUCIA RIBEIRO DE SOUZA

ANTONIO DE SOUZA FARIAS

BENEDITO VAL FERREIRA

COMISSÃO 02

LAERTE CASAGRANDE

MARIA RUTH BANHOLZER

HERMOGENEZ JOSE SANT'ANNA

VITAL PONTIANO DOS REIS

JOSE FRANCISCO DE OLIVEIRA



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

AUTÓGRAFO Nº 038/96

(Projeto de Lei nº 038/96 - DO EXECUTIVO)

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI, usando das atribuições que lhe são conferidas, Aprova a seguinte Lei:

"Reduz temporariamente a alíquota aplicável sobre o Imposto Sobre Transmissão "inter vivos" de Bens Imóveis e de direito a eles relativos, nos casos que especifica."

Artigo 1º - Fica reduzida, no período de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação desta Lei, de 2% (dois por cento), para 1% (um por cento), a alíquota a ser aplicada no cálculo do Imposto Sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de direito a eles relativos, de que trata o inciso II, do artigo 6º, da Lei nº 859, de 03 de fevereiro de 1989.

Artigo 2º - Fica o Executivo autorizado a prorrogar por igual ou menor período, através de Decreto, o prazo de que trata o artigo anterior.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores do Município de Itapevi, 23
de agosto de 1996.


JADIR FRANCISCO DE SOUZA
Presidente


SÉRGIO MONTANHEIRO
1º Secretário



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.333, DE 27 DE AGOSTO DE 1996

(Reduz temporariamente a alíquota aplicável sobre o Imposto Sobre Transmissão "inter vivos" de Bens Imóveis e de direito a eles relativos, nos casos que especifica.)

JOÃO CARLOS CAMEZ, Prefeito do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica reduzida, no período de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação desta Lei, de 2% (dois por cento), para 1% (um por cento), a alíquota a ser aplicada no cálculo do Imposto Sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de direito a eles relativos, de que trata o inciso II, do artigo 6º, da Lei nº 859, de 03 de fevereiro de 1989.

Artigo 2º - Fica o Executivo autorizado a prorrogar por igual ou menor período, através de Decreto, o prazo de que trata o artigo anterior.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapevi, 27 de agosto de 1996

JOÃO CARLOS CAMEZ
Prefeito

Publicada, por afixação, no lugar de costume e registrada em livro próprio, na Prefeitura do Município de Itapevi, em 27 de agosto de 1996.

ANTONIO FRANCISCO DE MELO
Secretário de Governo